



**DEPARTAMENTO DE ENSINO E INVESTIGAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

LAURINDA MBACA BONGO

**PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UMA ASSOCIAÇÃO QUE VISA
DIVULGAR O PAPEL HISTÓRICO-ECONÓMICO DO REINO DO
HUAMBO**

CAÁLA-2023

LAURINDA MBACA BONGO

**PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UMA ASSOCIAÇÃO QUE VISA
DIVULGAR O PAPEL HISTÓRICO-ECONÓMICO DO REINO DO
HUAMBO**

Trabalho de Fim de Curso, apresentado ao
Instituto Superior Politécnico da Caála para
obtenção do título de Licenciada em História
Orientador: Msc. Alexandre Chicale

CAÁLA-2023

Dedico o presente trabalho à minha família:
meu esposo, meus filhos e meus irmãos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus o mentor da vida e meu protector, ao meu Orientador que esteve pacientemente sempre disponível para analisar, corrigir e fazer reparos no trabalho em causa, a todos os professores da Instituição pelo carisma, aos meus colegas e a todos que directa e indirectamente deram algo de si para que eu terminasse esta jornada.

*“Os velhos ruminam o pretérito, os moços
antecipam e devoram o futuro.”*

Marquês de Maricá

*“A glória do tempo é acalmar os reis em
conflito.”*

William Shakespeare

RESUMO

Antes da ocupação colonial o continente africano estava subdividido em reinos. Entre os Reinos da região centro de Angola destaca-se o Reino do *Wambu* situado na actual Província e Município do Huambo. Acontece que em disputa com o Reino do *Mbalundu*, o Reino do *Wambu* tem caído ao esquecimento e, com a constatação que tivemos nesta pesquisa, não tem vindo a chegar ao conhecimento das novas gerações. O Reino do *Wambu* tem um contributo imenso na História e crescimento económico cultural do país sobretudo por ser o centro, e a Região que contribuiu para a libertação contra o colonialismo. Os “Ovimbundu” constituem o grupo etnolinguístico mais numeroso de Angola: pouco mais de um terço da população Africana no país. A partir de tanto quanto se pode controlar historicamente do passado deste povo, pode-se dizer que constituíam pequenos Estados independentes com um desenvolvimento económico e técnico próprio. Grupo mais homogéneo em Angola, os Ovimbundu mereceram grande atenção por parte de etnólogos por serem entre os poucos povos do Zimbabwe e talvez a partir do século XVIII. Os historiadores são concordes em afirmar que o primeiro Estado teria sido o do *Wambu*, fundado por volta do ano 1600 por *Wambu-Kalunga* proveniente da *Esela*. E teria a sua sede no lugar que hoje ocupa a cidade do Huambo.

Palavras-Chave: *Ombala, Wambu-Kalunga, Ovimbundu, Associação, Papel Histórico – Económico.*

ABSTRACT

Abstract before the colonial occupation The African continent was subdivided into kingdoms. Among the kingdoms of the Central Region of Angola stands out the Kingdom of Wambu situated in the current province and municipality of Huambo. It turns out that in a dispute with the Kingdom of Mbalundu, the Kingdom of Wambu has fallen to oblivion and, with the finding we had in this research, has not come to the knowledge of the new generations. The Kingdom of Wambu has an immense contribution in the country's cultural history and economic growth especially for being the center of the country and the region that contributed to the release of the country. The "Ovimbundu" constitute the most numerous ethnolinguistic group of Angola: little more than a third of Angola's African population. From as far as it can controlling historically of the past of this people, it can be said that they were small independent states with their own economic and technical development. More homogenous group in Angola, Ovimbundu deserved great attention from ethnologists because they are between the few people of Zimbabwe and perhaps from the eighteenth century. Historians are concords in stating that the first state would have been Wambu, founded around 1600 by Wambu-Kalunga from Esela. And he would have his headquarters in the heart who today occupies the city of Huambo.

Key-words: Ombala, Wambu-Kalunga, Ovimbundu, Association, Historical RoleEconomic.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APUD – citado por

OP CIT – obra citada

IDEM - mesmo autor, mesma obra e página diferente

Ibidem–mesmo autor, mesma obra mesma página

CFR conferir

ED - edição

p - página

pp - páginas

ONGS – Organizações não Governamentais

et.all. – e outros

in – em ou na obra

Nº - número

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados do questionário	32
Tabela 2: Dados do questionário	33
Tabela 3: Plano de Ação	35
Tabela 4: Modelo da ferramenta 5W2H	38
Tabela 5: Dados da Fundadora do Projecto.....	39
Tabela 6: Análise SWOT.....	39
Tabela 7: Proposta de Solução Modelo de Negócio CANVAS	40

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Ondjango da Ombala Grande do Huambo.....	44
Figura 2: Rei Artur Moço.....	44
Figura 3: Instrumentos tradicionais da Ombala Grande do Huambo	44

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1.	OBJECTIVOS	14
1.1.1	Geral	14
1.1.2	Específicos.....	14
1.2	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMÁTICA	14
1.3	RESULTADOS ESPERADOS	15
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	16
2.1	AS ASSOCIAÇÕES E O ASSOCIATIVISMO	16
2.2	ACTO DE CONSTITUIÇÃO DE UMA ASSOCIAÇÃO CULTURAL.....	16
2.3	CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO INSTALADORA	17
2.4	ESTATUTOS E REGULAMENTO GERAL INTERNO.....	18
2.5	INSCRIÇÃO NO REGISTO NACIONAL DE PESSOAS COLECTIVAS.....	19
2.6	ESCRITURA PÚBLICA DA CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO.....	19
2.7	SÍNTESE	20
2.8	O PAPEL HISTÓRICO - ECONÓMICO DO REINO DO HUAMBO	20
2.9	BREVE HISTÓRIA	21
2.9.1	<i>Origem de Wambu Kalunga</i>	<i>22</i>
2.9.2	<i>O Reino do Wambu.....</i>	<i>22</i>
2.9.3	<i>Actividades económicas do Reino do Wambu.....</i>	<i>23</i>
2.9.4	<i>Organização do poder tradicional</i>	<i>25</i>
2.9.5	<i>Sucessão, autoridade e hierarquia no reino do Wambu</i>	<i>26</i>
2.9.6	<i>A Ombala yo Wambu.....</i>	<i>26</i>
2.10	INAKULU	26
3	RESUMO DA METODOLOGIA E TRATAMENTO DE DADOS.....	30
3.1.	MÉTODOS DE NÍVEL TEÓRICO.....	30
3.2.	MÉTODOS DE NÍVEL EMPÍRICO.....	30
3.1	TRIANGULAÇÃO DE DADOS	31
3.2	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA ENTREVISTA APLICADA AOS MEMBROS DA CORTE DA OMBALA GRANDE DO HUAMBO.....	31
4	PROPOSTA SOLUÇÃO.....	34
4.1	PLANO DE ACÇÃO.....	34
4.1.1	<i>Tipos de Planos de Acção.....</i>	<i>34</i>
4.1.2	<i>Objectivos do Plano de Acção.....</i>	<i>34</i>
4.1.3	<i>Componentes de um Plano de Acção.....</i>	<i>35</i>
4.2	MISSÃO, VISÃO E CULTURA.....	39
4.2.1	<i>Missão.....</i>	<i>39</i>

4.2.2	<i>Visão</i>	39
4.2.3	<i>Cultura</i>	39
4.3	ANÁLISE SWOT.....	39
4.4	PROPOSTA DE SOLUÇÃO MODELO DE NEGÓCIO CANVAS	40
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42
	APÊNDICE 1: GUIA DE ENTREVISTA DIRIGIDA AOS MEMBROS DA CORTE ..	43
	ANEXOS	44

1 INTRODUÇÃO

Temos diante de nós um trabalho de pesquisa mista, fruto de um estudo sobre o Papel Histórico-Cultural e Económico do Reino do Wambu, Proposta de Criação de uma Associação para a divulgação do referido papel, feito por uma estudante de História como Projecto de Fim de Curso para obtenção do grau de Licenciatura pelo Instituto Superior Politécnico da Caála - Huambo. Desde já afirma-se que esta pesquisa quer servir de muletas para os futuros estudos que se vierem a fazer a respeito do pouco explorado Reino do Wambu “Kissala”.

Tal pesquisa foca em levantamento de conhecimentos que sirvam de suporte que dá em linhas gerais uma informação embora não muito profunda, sobre a história da génese do Reino, sua organização, formas de sucessão no trono, organização hierárquica e estrutural, culturas predominantes, papel económico e formas de divulgação da sua história e o papel das associações nesta missão, bem como o “modus vivendi” dos seus habitantes.

Afirmar também humildemente que este trabalho não pretende ser exaustivo, não quer por si só mostrar toda a realidade do reino do Wambu, nem quer ser um trabalho rigorosamente científico mas sim uma contribuição simples e indicativa, para o conhecimento da realidade deste reino.

O presente trabalho está dividido em quatrocápítulos, a seguir a uma breve abordagem síntese sobre As Associações e o associativismo – Constituição, Estatutos e Escritura Pública; no primeiro capítulo - fazemos a Descrição da Situação Problemática; no segundocapítulo – O Papel Histórico – Económico do Reino do Huambo; sobre a divulgação do papel histórico-económico do reino do Wambu, sua origem, situação geográfica e organização interna. No terceirocapítulo - fazemos o resumo da metodologia e tratamento de dados. No quarto capítulo, a descrição da proposta de solução para a divulgação do papel histórico-económico do Reino do Wambucom o respectivo plano de acção.

1.1 Objectivos

1.1.1 Geral

Criar uma associação que visa divulgar o papel histórico-económico do Reino do Wambu.

1.1.2 Específicos

1. Emplementar políticas que visa a divulgação do papel histórico-económico d reino do Wambu.
2. Explicar o contributo que as associações podem ter na divulgação do papel histórico económico do Reino do Wambu.
3. Propor a criação de uma associação que visa dar solução sobre a divulgação do papel histórico-económico do Reino do Wambu (Huambo).

1.2 Descrição da situação problemática

Antes da ocupação colonial o continente africano estava subdividido em reinos. Depois e com a realização da Conferência de Berlim, a África conheceu a repartição de fronteiras dando origem aos Estados Modernos. Os reinos não ficaram extintos mas seus territórios foram comprometidos já que foram separados em pedaços pertencendo a diversos Estados. Ao lado dos grandes sempre existiam reinos Regionais e locais. Entre os Reinos da região centro de Angola destaca-se o Reino do Wambu situado na actual Província e Município do Huambo. Acontece que em disputa com o Reino do Mbalundu, o Reino do Wambu tem caído ao esquecimento e, com a constatação que tivemos nesta pesquisa, não tem vindo a chegar ao conhecimento das novas gerações. Por isso a presente pesquisa centra-se nas seguintes questões problemáticas:

Causas

- 1) Falta de interesse pela aprendizagem;
- 2) Falta de convívios familiares de carácter educativo informal (ondjango) ou (serões a volta da fogueira)

Consequências

- 1) O Reino do Wambu tende a cair ao esquecimento;
- 2) Crise na identidade cultural

Soluções

Primar pela divulgação do reino e das suas potencialidades.

1.3 Resultados esperados

Face ao problema do desconhecimento massivo por parte dos nativos, da história e das potencialidades económicas e seu contributo para o desenvolvimento do país do Reino do *Wambu*; para dar volta ao problema e inverter o quadro ou pelo menos chegar perto com esta humilde contribuição, o presente trabalho apresenta a Proposta de Criação de uma Associação que tenha por missão a divulgação do papel histórico-económico do reino planáltico do *Wambu*.

Valeu-se de dados reais colhidos de Bibliotecas Vivas e Mestres Mudos para o Diagnóstico, a análise e a descrição do Problema; interagiu-se com os órgãos que compõem o a Ombala do Reino do *Wambu* incluindo o Rei Artur Mosso.

A proposta da presente pesquisa é de se criar uma Associação que divulgue somente questões ligadas a existência e as potencialidades histórico-económicas do REINO do WAMBO.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 As Associações e o Associativismo

Os cidadãos, segundo a Constituição da República de Angola, têm o direito de se associarem livremente, sem que para o efeito dependam de qualquer autorização. Contudo, as associações não podem promover violência nem fins contrários àqueles que se encontram consagrados na lei penal. O direito à livre associação constitui uma garantia básica de realização pessoal dos indivíduos na vida em sociedade.

A todas as pessoas, no gozo dos seus direitos civis, é-lhes garantido o livre exercício do direito de se associarem. Ninguém poderá, no entanto, ser obrigado ou coagido por qualquer meio a fazer parte de uma associação.

O associativismo é uma forma de organização da sociedade civil, na qual os cidadãos se agrupam em torno de interesses comuns com objectivos de entre ajuda e cooperação sem fins lucrativos. Esta união, numa fase inicial, cingia-se apenas à família e a grupos informais evoluindo posteriormente para grupos mais organizados, com objectivos mais idealistas, constituindo um vector essencial de socialização humana. Trata-se, portanto, de um meio importante para o exercício do pleno direito de cidadania que a todos assiste.

A vida das associações corresponde a uma imensa teia de relações e factos sociais, sendo que, por isso mesmo, o direito criou um conjunto de normas para as regulamentar de forma a salvaguardar o seu funcionamento, que assenta na equidade entre os seus associados. Existe uma responsabilidade partilhada dos membros na vida associativa e todos podem ocupar cargos directivos.

As associações são o resultado de uma congregação de esforços que garantem o seu desenvolvimento e permitem deste modo atingir os seus fins.

2.2 Acto de constituição de uma associação cultural

Para constituir uma associação, tem que existir, no mínimo, um grupo de três pessoas que partilhem e respeitem um objectivo comum.

O nosso sistema jurídico prevê a distinção entre associações com e sem personalidade jurídica. As associações sem personalidade jurídica assentam o seu funcionamento na organização informal, sendo os seus associados corresponsáveis pelos próprios actos. Enquanto as associações com personalidade jurídica assentam o seu

funcionamento numa organização formal. Por outro lado, podemos considerar associações com personalidade jurídica aquelas que por um acto ou actos jurídicos a adquirem, passando a ser uma pessoa coletiva.

No sistema jurídico Angolano, existem dois processos distintos de aquisição de personalidade jurídica:

1. Por via notarial, através do instrumento público (escritura pública) constituindo o regime normal e geral;
2. Por via administrativa (associações de estudantes, de pais, sindicais e religiosas). O que as distingue é que enquanto no regime geral a aquisição está dependente de escritura pública, na constituição de outro tipo de associações a aquisição é feita através de um processo junto do ministério competente. O processo que de seguida se descreve é apenas referente ao regime geral.

2.3 Constituição da comissão instaladora

A constituição de uma comissão instaladora, que resulta de um movimento no qual um conjunto de pessoas com interesses comuns se agrupa, será sempre o primeiro passo para a criação de uma associação cultural.

Nesta fase é imperioso definir com exatidão os fins e as actividades da associação. Esta poderá assumir vários campos de atuação, que contribui para melhorar a qualidade de vida da comunidade em que se insere.

Para atingir esses fins, a comissão instaladora deve definir as actividades que a futura associação pretende desenvolver.

A definição do nome da associação é outra diligência que tem que ser tomada. As denominações devem dar a conhecer a sua natureza associativa, podendo conter siglas, expressões de fantasia ou composições. Podem ser admitidas denominações sem referência explícita à natureza associativa, desde que correspondam a designações tradicionais ou que não induzam em erro sobre a natureza da pessoa coletiva.

A comissão instaladora tem também a responsabilidade de cuidar da forma como a associação se apresenta aos potenciais associados e à sociedade. Esta fica encarregue de criar um logotipo que deve ser um símbolo identificativo, apelativo, de fácil utilização, que constitua um bom instrumento de comunicação e que facilite a sua divulgação.

Assim, a formação da associação provém da vontade de cada um dos seus membros fundadores, que será expressa numa reunião inicial, constitutiva, onde são aprovados os elementos essenciais.

2.4 Estatutos e regulamento geral interno

Depois de serem definidos os fins e traçado o caminho que a associação pretende prosseguir, é necessário elaborar os Estatutos, elemento essencial à efetivação da escritura de constituição da associação, passando deste modo a ser a carta magna, a pedra angular do funcionamento da mesma.

Não existe propriamente o modelo formal de estatutos, no entanto, a legislação prevê alguns dos requisitos obrigatórios à sua elaboração. Os estatutos devem especificar:

1. Natureza jurídica, denominação, âmbito e sede da associação;
2. Fins prosseguidos;
3. Órgãos sociais – sua composição, competência e funcionamento;
4. Modo e condições de admissão dos associados, direitos, deveres e sanções pelo não cumprimento;
5. Forma da associação se obrigar perante terceiros;
6. Receitas, despesas e os princípios a que deve obedecer a gestão;
7. Modo como podem ser alterados os estatutos;
8. Condições em que pode ser deliberada a dissolução da associação;
9. Regime eleitoral dos órgãos associativos;

As normas estatutárias são o primeiro enquadramento jurídico de uma associação, e revelasse apenas necessário recorrer à legislação em vigor, quando as mesmas são omissas.

Os exemplos relativamente aos Estatutos e ao Regulamento Geral Interno que deixamos em anexo, à consideração e análise dos interessados, não vinculam os possíveis sócios fundadores, tendo apenas por objectivos definir critérios orientadores.

O passo seguinte consiste na convocação de uma Assembleia Geral para aprovação dos Estatutos.

No que concerne à fundação, nomeadamente a quando da celebração da escritura pública, são necessárias três pessoas. Todavia, existe a obrigatoriedade legal da existência de três órgãos na associação, o executivo ou de administração, o fiscal e a assembleia; é de preconizar que a associação, para funcionar, deva ter no mínimo nove associados, três em

cada um dos órgãos. Deve ainda, deliberar-se quem e quantas pessoas devem estar presentes na celebração da escritura, uma vez que a lei é omissa neste caso. Os representantes que estarão presentes na escritura pública no cartório notarial deverão ter poderes de representação.

O Regulamento Geral Interno deve, em tempo próprio, ser aprovado em Assembleia Geral.

2.5 Inscrição no Registo Nacional de Pessoas Colectivas

A comissão instaladora tem a responsabilidade de requerer o certificado da admissibilidade da firma ou denominação (que garante a sua singularidade relativamente ao objecto determinado). Posteriormente, obtém-se os documentos solicitados (certificado de registo provisório), a menos que o nome não seja admitido, sendo neste caso notificados os interessados a procederem à necessária alteração.

2.6 Escritura Pública da Constituição da associação

O processo prossegue com a escritura pública de constituição da associação a efectuar num cartório notarial a sua escolha, devendo posteriormente remeter-se ao Registo Nacional das Pessoas Colectivas.

Através da Escritura, a associação obtém o reconhecimento normativo. A intervenção do notário na celebração do instrumento é pautada exclusivamente por um critério de apreciação da legalidade dos estatutos, sendo que nunca o poderá fazer por um critério de apreciação de mérito ou oportunidade.

Os elementos que compõem a comissão instaladora devem dirigir-se ao cartório notarial para efectuar a escritura pública de constituição de associação e apresentar para o efeito os seguintes documentos:

1. Lista identificativa dos fundadores da associação, no mínimo três, que estarão presente na escritura, assim como as respectivas moradas;
2. Os estatutos;
3. O certificado de admissibilidade da denominação;
4. O cartão de pessoa colectiva;

O acto de constituição, os estatutos e as suas alterações não produzem efeitos em relação a terceiros, enquanto não forem publicados no Diário da República.

2.7 Síntese

O processo de constituição de uma associação compreende um conjunto de fases, são elas:

1. Reunião da fundação e aprovação dos estatutos;
2. Obtenção do certificado de admissibilidade;
3. Escritura pública;
4. Publicações e registos definitivos;
5. Eleição dos órgãos sociais;
6. Outros actos e obrigações legais.

Seguindo minuciosamente os critérios acima abordados propõe-se como associação o GDRH-WAMBU (Grupo de Divulgação das Riquezas Históricas do Wambu). Na reunião da fundação e aprovação dos estatutos determina-se o seguinte:

1. O nome – GDRH-Wambu;
2. Tempo – indeterminado;
3. Âmbito – regional ou provincial;
4. Sede – bairro da Quissala;
5. Objetivo geral – divulgar o contributo histórico-económico do reino do Wambu;
6. Objetivos específicos – buscar e transmitir conhecimentos através de: leituras diversificadas; diálogo; consulta aos mais velhos; - conhecer a história do nosso reino...
7. A finalidade da associação é científica, cultural e literária.

2.8 O papel histórico - económico do reino do huambo

Para a abordagem deste capítulo recorreremos à bibliografia disponível conforme apresentada nas referências. O método predominante é o Lógico Dedutivo que consistiu na seleção de secções onde os autores de obras consultadas fazem abordagem específica sobre o reino do *Wambu*, sua história, contributo económico. Como se percebe aqui a abordagem foi essencialmente descritiva com enfoque qualitativo.

Com recurso à bibliografia disponível, aqui com predomínio do método Indutivo procurou-se enquadrar o caso particular do Reino do *Wambu* nas estratégias que têm sido usadas para a divulgação de informações de outros reinos. Aqui a abordagem descritiva foi

feita de acordo com diferentes épocas por que passou o reino até os dias de hoje. O enfoque também foi qualitativo.

2.9 Breve História

O Reino do Wambu foi fundado em 1650, soma 373 anos este ano. O histórico de sua fundação indica Wambu-Kalunga como fundador como mais adiante veremos. A história também regista o ano 1903 como o ano da dissolução do reino com o Reinado do Rei Livongue ano em que foi subjugado pelo Império Colonial Português.

O Huambo é a cidade e município de Angola, a capital da província do Huambo. Segundo as projeções populacionais feitas de 2018, elaboradas pelo Instituto Nacional de Estatística, conta com uma população de 815 685 habitantes e área territorial de 2 609 km², sendo o mais populoso município da província, da região central de Angola e o sétimo mais populoso do país. Teve a designação oficial de “Nova Lisboa” entre 1928 e 1975, quando rivalizava com Luanda pela predominância económica regional, sendo inclusive a capital *de iure* (e não de facto) angolana entre 1928 e 1950. Após ter a sua infraestrutura destruída pela guerra, pode recuperar-se economicamente após a paz, em 2002.

Wambu é vulgar na onomástica local ao contrário de Kalunga que em língua umbundu designa oceano, infinito, eternidade. Originalmente cimbangala, segundo E. Santos, foi nome de um líder “de um numeroso grupo de gentes que mais tarde receberam o nome de Jingas” subgrupo kimbundu Coelho, (2010, p. 5)¹. Em tempos idos a localidade onde se fundou este Estado chamou-se ovambo, que quer dizer aldeias, de onde, acredita-se, ter vindo por corrupção o topónimo Wambu, mas a relação com o nome do fundador do Estado não encontra explicação.

Líder despótico por isso odiado pelos seus súbditos e população em geral, o debate sobre ele reside na sua origem que não parece consensual na medida que se defende ter sido caçador-guerreiro que liderou uma chefatura sele Rendinha, (1970)² de origem da área adjacente litorânea entre a comunidade do Cela, proveniente do país Kulembe.

¹ COELHO, Virgílio. “Em busca de Kábàsà!... Estudos e Reflexões sobre o Reino do Ndongo. Contribuição para a História de Angola. Kilombelombe. Luanda 2010. P 5

² GOMES, A. J. Ovimbundu Pré-coloniais... CACUL, 1ª Ed. Benguela 2016.p.98

2.9.1 Origem de Wambu Kalunga

Dois aspectos de análise histórica se assinalam em torno da origem de Wambu Kalunga³⁷.

1. Independentemente de ter sido *Sele* ou Cimbangala, *Wambu Kalunga* foi caçador guerreiro, sendo assim de origem monárquica, da linha uterina de uma realidade sociopolítica das regiões ao norte do planalto. Por outro, é pertinente ter em consideração que a origem perpendicular cimbangala foi Luanda, a mesma que está por detrás do *Kulembe* de onde emergiram, por sobrevivência, as chefaturas primitivas do planalto incluindo os *Vasele*;

2. De acordo com a interpretação de MILLER (1995) no decurso do seu declínio, *Kulembe* fragmentou-se “em muitos pequenos chefados guerreiros liderados por chefes de kilombo, alguns dos quais emergiram, mais tarde, como reinos *Ovimbundu*”, sendo posteriores em consequência da celebração da aliança político-militar entre os patriarcas *Vaviye* e a fracção *Cinguli*. *Sele* ou cimbangala, singular de imbangala, do ponto de vista da história dos Estados Planálticos é dizer o mesmo em palavras diferentes.

De acordo com Pinchel de Lukoko, Njongolo foi o primeiro habitante das terras sertanejas procedente do Bailundo, desmembrou-se dos seus e calcorreou caminhos e terras até vir estabelecer-se na localidade onde se situa o Buçaco.

Viera a procura de terras prometedoras de cultivo, para seu bem-estar e de sua família. A figura que deu nome à terra chamou-se *Wambu Kalunga*. Pois, os portugueses ao postarem as terras do sertão.

2.9.2 O Reino do Wambo

De acordo com MALUMBU, (2004, p. 171) a fundação do Reino do *Wambu* é atribuída a *Wambu Kalunga*, que se tornou o primeiro Rei desse território por volta de 1600. *Wambu Kalunga* conforme aludimos acima era proveniente da região da Cela a Nordeste de Mbalundu. Na sua emigração fez-se acompanhar dos seus filhos *Tchihamba e Katutu* e de um seu primo cruzado de nome *Sungwandumbu*. Quando *Wambu Kalunga* chegou ao local hoje chamado com seu nome, esse era ocupado pelos *Nganda* (va *Nganda*).

³⁷ Idem. p. 99...

As relações entre *Wambu Kalunga* e os Nganda que alí encontrou foram por muito tempo harmoniosas. Por volta da segunda metade do século XVII nasceu o reino de Tchiyaka a Sudoeste do reino do *Wambu*. Em conformidade com a tradição, o primeiro rei de Tchiyaka, era um parente próximo de *Wambu Kalunga* que entrou em conflito com os Ndombe, um outro grupo étnico que aí se encontrava. O recém-chegado, uma vez vencido o conflito, transformou a região num dos reinos tributários do reino do *Wambu*.

Afirma ainda MALUMBU, (2004) que a *Wambu Kalunga* se atribui as qualidades de grande guerreiro, mas a expansão do reino do *Wambu* deve-se ao reino de Tchiyaka e graças a criação de novos reinos tributários. Dentre os quais os mais importantes foram os do Mbungo, Tchitata ou Tchikuma, Kalukembe, Elende, Ekekete e o reino de Tchiyaka que cedo se tornou em importante reino independente. O Reino de Tchiyaka, não obstante a sua potência e independência continuaram a prestar grande tributo e serviços ao reino do *Wambu*, mesmo em termo de tomadas de decisão sobre o que se devia fazer ou não no reino do *Wambu*.

As relações entre *Wambu* e Tchiyaka eram de cooperação a todos os níveis da vida social, política e económica e os dois reinos agiam muitas vezes como se se tratasse de um único reino. Por isso a política do Reino do *Wambu* compreende-se melhor analisando a actividade do reino de Tchiyaka que veremos em seguida. Antes de morrer *Wambu Kalunga* colocou a sua residência real em *Nganda-la-Kawe* junto da actual cidade de Caála (*Kahala*) a 20 kms a Sudoeste da Cidade do Huambo e onde se encontra também o seu túmulo

2.9.3 Actividades económicas do Reino do *Wambu*

Nas comunidades *Bantu* havia divisão do trabalho: a agricultura era praticada por homens e mulheres, mas as mulheres executavam o trabalho principal. Os homens faziam a desmatação e lavravam pela primeira vez os terrenos, mas eram as mulheres que cultivavam e colhiam durante todo o resto do ano, para além da responsabilidade da lida do lar e dos filhos. Quando o solo das lavras se esgotava, mudavam-se para novos terrenos, sendo, portanto, uma agricultura itinerante.

Quanto à pastorícia, era nómada, com a criação de bois, sendo o gado acompanhado de região em região sempre à procura de capim fresco e abundante. Nos primeiros tempos, todas as lavras pertenciam a todo o clã; todos trabalhavam e o produto era dividido por igual; não havia escravos. Mas, no final do século XV, quando os portugueses chegaram, a situação já era diferente (MPLA, 1975):

1. A propriedade das terras, dos rios e das florestas era coletiva – pertencia a todo o clã;
2. Apesar da propriedade coletiva, cada família possuía uma lavra particular;
3. O direito por linha materna dava a passagem das lavras e outras riquezas de tios para sobrinhos;
4. A herança do poder político passava para o sobrinho, filho da irmã mais velha, quando o rei soba morria;
5. Existiam escravos, devidos aos excedentes de produção e resultado do desenvolvimento das forças produtivas e da divisão de classes sociais (senhores e escravos).

Tinha-se assim iniciado um processo de diferenciação no seio dos homens livres, distinguindo-se em homens livres ricos e homens livres pobres. Os últimos, em certas situações, pediam empréstimos aos homens livres ricos que por eles cobravam juros elevadíssimos e, por vezes, na impossibilidade de saldar as dívidas, eram transformados em escravos⁴.

Em resumo, podemos caracterizar a economia tradicional angolana da seguinte forma:

1. Economia de subsistência;
2. Economia artesanal: não são as riquezas que preocupam os membros da sociedade, mas sim as relações sociais e o bem-estar geral;
3. Economia dominada pelas práticas tradicionais aliadas aos rituais religiosos;
4. Economia que se processa dentro de uma estrutura social orientada por mitos, obedecendo ao absoluto e ao sagrado.

Antes da ocupação portuguesa, o território angolano estava organizado em vários reinos entre eles, destacavam-se os reinos do Congo, Ndongo, Matamba, Benguela e os do Planalto Central. De entre estes, o Reino do Congo apresentava, na época, uma estrutura socioeconómica e política mais desenvolvida, dispondo de reinos vassallos ou tributários (Ngoyo, Cacongo, Vungo...) e um comércio além-fronteiras que obrigava à utilização de uma moeda transaccional (o zimbo). Os congueses exploravam do subsolo os minérios de cobre e ferro, a partir do qual fundiam e moldavam peças para uso doméstico e comércio. Produziam também cerâmicas e teciam panos a partir das cascas do embondeiro. Eram povos agro-

⁴ PACHECO, Luis. At all, 2018. in *História económico-social de Angola: do período pré-colonial à independência*. CEPES, Porto, vol. 29., p. 85

pastores por excelência, destacando-se entre as principais culturas o sorgo, o milho, o inhame e a banana e criavam uma diversidade de animais domésticos⁵.

De acordo com o secretário dos negócios indígenas e curador geral da província de Angola, em 1918 a actividade agrícola era comum no Huambo. Essa região plantava e ainda planta, sobretudo, milho, feijão, abóbora, batata, ginguba, batata doce, mandioca, massambala e tabaco. O milho e a mandioca estão na base alimentar. Praticam a pesca e a agricultura rudimentar destinada à nutrição familiar. Na pecuária, a criação de suínos é tão comum quanto a bovina e a caprina. No campo artesanal fabricam *quindas* (cestos) e esteiras. É importante sublinhar que essa produção é destinada, somente, para o sustento familiar⁶ COSTA, (2014, p. 36).

No sector industrial, Huambo possui um grande parque metalomecânico, voltado fortemente para atender as demandas ferroviárias nacionais, bem como para a produção de vigas, chapas e outros materiais metálicos. Igualmente, há uma grande expressividade de indústrias alimentícias e de bebidas, além de importante segmento de produção de materiais de construção.

A economia da cidade do Huambo possui uma base no comércio e nos serviços, pautada principalmente em uma grande oferta de actividades do sector público, além de uma enorme oferta de serviços financeiros, que a tornam o grande referencial político financeiro-económico do centro angolano.

2.9.4 Organização do poder tradicional

A província do Huambo conta com cinco reinos nomeadamente, Reino do Huambo, Reino do Bailundo, Reino do Chingolo, Reino do Sambo e Reino de Chiaca. O também conhecido como o Reino da Quissala, o Reino Central do Huambo constitui o foco da presente pesquisa. A história pré-colonial do reino do Wambu é pouco veiculada, pelo que deve ter sido ofuscada pela hegemonia regional do Reino Mbalundu (Malumbu, 2004). Por detrás da sua fundação tal como aconteceu com *Viyé* e *Ndulu*, há uma única versão oral apontando para o nome de Wambu Kalunga, enquanto autor do reordenamento das estruturas político-administrativas da região GOMES, (2016, p. 98).

⁵ PACHECO, Luis. At all *in idem*. p 86

⁶ DINIZ, José de Oliveira Ferreira. 1918, in *Populações indígenas de Angola*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p.328.

2.9.5 Sucessão, autoridade e hierarquia no reino do Wambu

2.9.6 A Ombala yo Wambu

Ombala yo Wambu é o palácio do reino, o local onde está construída a residência oficial do soma inene e dos losoma vionduko respectivamente, e encontra-se localizada no Município do Huambo Bairro da Kissala actualmente liderado pelo Rei Artur Mosso. Seus habitantes para além de partilharem o mesmo espaço, servem-se de hábitos e costumes comuns.

Porém, a palavra ombala é também usada para designar o bairro onde especificamente está implantado o palácio, e observando a localização das moradias no interior da ombala, bem como o material pelas quais são actualmente construídas tais moradias (umas com técnicas de arquitetura “moderna”, e outras com técnicas de arquitetura vernácula), percebe-se que elas podem ser ao mesmo tempo usadas como indicadores da estratificação social e económica e, fundamentalmente política dos ovimbundu locais, pois que, as construídas fazendo recurso à arquitetura “moderna” pertencem ao *soma inene* e aos losoma vionduko, e encontram-se localizadas no centro da ombala, ao passo que as habitações da maioria dos ovimbundu comuns são construídas com as técnicas de arquitetura vernácula, e encontram-se situadas nas periferias da ombala.

2.10 Inakulu

O nascimento assinala que a Inakulu⁷ é a rainha e, como mencionado em capítulo anterior, o prefixo Ina significa sua mãe ou mãe da pessoa de quem se fala. Enquanto o *ukulu* denota mais velha. Para Hastings, a palavra *Inakulu* simboliza “m e dos mais velhos”, de modo que o Ina equivale à mãe dos e o kulu dos velhos. Pinheiro acrescenta que a *Inakulu*, cujo significado é: INA - mãe e UKULU –velha era a mulher do soma de maior status. Pode-se encontrar no dicionário umbundu-português, por sua vez, duas definições para *Inakulu*: a primeira indicação a define como dona, senhora, senhora casada, notável e a segunda, como mulher do rei, rainha, m e que teve o primeiro filho, chamado “kasoma”.

É interessante registrar que o antropólogo americano Hambly, estudioso dos Ovimbundu, Costa, (2014), opta pelo uso da expressão primeira e principal esposa. Desse

⁷ COSTA Renata Jesus da. 2014, In *Colonialismo e gênero entre os Ovimbundu: relações de poder no Bailundo(1880 1930)*. BRASÍLIA, pp 163 ss.

modo, o seu texto não faz referência à palavra *Inakulu*. Mas é possível perceber que a primeira esposa com quem o chefe tradicional havia se casado tornava-se sua rainha (*Inakulu*). Por outro lado, Edwards, Couceiro, e Childs apenas assinalam que a *Inakulu* era a principal esposa do *soma*.

Em geral, esta autoridade é associada aos mais velhos, mas a transmissão das linhagens, exercida pela *Inakulu* e pelo *soma* também pode ser considerado um atributo que confere prestígio. Hastings, diversamente de todos os autores mencionados, assinala que a *Inakulu* não era necessariamente a primeira mulher com quem o *soma* contraiu matrimônio. Além disso, embora aponte que o soberano do Wambu escolhia sua *Inakulu*, geralmente, entre as mulheres nascidas em Goyo ou Chipala, de onde veio a família dos primeiros *olosoma* da região, afirma que não era uma regra que a mulher que assumia esse cargo descendia da linhagem tradicional. Ela também poderia ser de origem escrava, comprada ou recebida como medida de paz, diferentemente de todas as demais esposas. Consequentemente, nenhuma das mulheres do *soma* invejava o cargo da *Inakulu* porque a esposa que assumia este cargo era vista como uma prisioneira. Segundo o mesmo autor, a origem escrava desta esposa estava associada à crença entre a população do Wambu de que,

...durante a noite a *Inakulu* era visitada por muitas entidades que tentava eliminar tomando vários medicamentos naturais. Em sua cozinha, em baixo do seu assento de pedra tinha uma cabeça de mulher enterrada, e por baixo do seu assento de madeira havia um casco de uma tartaruga contendo remédios poderosos. Na trança do seu cabelo havia um dedo humano que nunca deveria ser removido. Trazia em volta da sua cintura uma espécie de cinto com vários medicamentos e nos braços uma corda também com medicamentos.

Logo, sua condição de serva a impedia de se aproximar de seus familiares, evitando que sofressem a influência das entidades que a visitavam. Nenhum outro autor consultado fornece informações tão detalhadas sobre os poderes sagrados da *Inakulu* como o missionário Hastings.

Destacou ainda COSTA, (2014, p. 64) que este dado é significativo porque em geral é explorada a função do *soma* como mediador entre os espíritos dos *olosoma* passados e a população que governa. Mas não é comum falar sobre a capacidade da *Inakulu* de comunicar-se com suas antecessoras; além do mais, sinaliza para duas questões importantes: a possibilidade da mulher escolhida para o cargo de *Inakulu* poder recusar-se a assumir esta função e para a suposição, discutida anteriormente, de que este cargo era realmente assumido pela primeira mulher com quem o *soma* se casava.

Ademais, de acordo com Balandier, a característica de estar apto a comunicar-se ou mediar as relações entre os antepassados e os sujeitos que governam, possibilita um convívio diferenciado entre aqueles que o possuíam ou não. Portanto, tendo por base o pensamento deste autor, esta disparidade permitia que a autoridade da Inakulu e do soma fosse considerada legítima por aqueles que viviam sob seu governo e de seu marido. É importante ressaltar que a necessidade de agregar poderes é um predicado típico das sociedades agrárias, tal como assinala Meillassoux. Sobre a origem escrava da Inakulu, é importante lembrar que, segundo Pantoja, há uma tendência na estrutura de submissão africana de incorporar os escravizados aos membros da família e, ainda que, em geral, desempenhassem tarefas domésticas, muitas vezes podiam desempenhar e assumir funções importantes.

Importa destacar que, como discutido no primeiro capítulo, embora os *olosoma* tenham sido afetados pela repressão da doutrina cristã às referidas práticas, bem como pela intervenção da administração colonial na escolha dos chefes locais e nas atividades que realizavam, suas formas de liderança foram em grande medida ressignificadas dentro das formas de poder introduzidas pelos portugueses. Quanto às mulheres, por conseguinte, tal como assinala Allen em relação às IGBO da Nigéria, o colonialismo atuou, sobretudo, por meio das missões religiosas, no sentido de enfraquecer, destruir ou colocar na clandestinidade os espaços tradicionais de poder das mulheres. Isso provavelmente justifica o silêncio sobre a função destas mulheres na historiografia.

Importa registrar que Allen⁸ foca, sobretudo, a ação da administração colonial. Contudo, considero que é possível estender sua reflexão à doutrina cristã, uma vez que, nas terras pretendidas pelos portugueses, influenciaram muito mais o cotidiano das populações africanas do que os representantes da administração portuguesa.

Cabe lembrar que a *Inakulu* não era a única mulher na *ombala*⁹ com capacidade de comunicar-se com espíritos. Hastings, por meio de suas observações durante o tempo em que viveu no Bailundo, diz que a *Siya*, a *Quanza* e a *Chipuko Covita* iniciavam suas funções quando ainda eram crianças e tornavam-se sacerdotisas COELHO, (2010).

A população do Bailundo acreditava que durante as cerimônias nas quais essas mulheres participavam, o espírito de kandundu era recebido pela *Siya*, o espírito de Huvi, deus da guerra, pela *Quanza*, e o espírito de *Chipuku*, espírito do casamento, em *Chipuko Chovita*. Segundo Edwards, os espíritos *Kandundu* e *Otjipuku* eram responsáveis pela prosperidade. Este benefício era alcançado através do derramamento de bebidas locais em

⁸ Cf. ALLEN, Judith van "**Sitting on a Man**"..., *op. cit.*

⁹ HASTINGS, Daniel. *Ovimbundu Customs...*, *op. cit.* 698

seus santuários ou através de sacrifícios. Este costume era realizado com o objetivo de garantir bons negócios, sucesso na caça e nos demais momentos importantes da vida. Edwards reforça que, entre os Ovimbundu, o sucesso na vida social - que se pautou no comércio da borracha, até 1911¹⁰, e de escravos - perpassava pela realização de experiências relacionadas ao universo sagrado, inclusive as cerimônias destinadas a Kandundu e Otjipuku.

Outras mulheres outros ofícios

Como pode ser observado, embora haja discordâncias sobre a origem da mulher que ocupa o cargo de Inakulu, os autores consultados, de um modo geral, são unânimes em localizar essa função como a de maior status¹¹. Por outro lado, também não apresentam uniformidade em relação aos ofícios das outras esposas, que vinham a seguir ao da Inakulu¹², tampouco há concordância quanto à quantidade e a grafia dos cargos das esposas do soma com funções na ombala, nem de suas tarefas¹⁶. Portanto, optei, na medida do possível, por alinhar as diferentes grafias e as funções por similaridade¹³. *Chipembe, Chinachipembe, Chwichepembe, Chiwichepembe, Ciwo Cepembe.*

¹⁰ EDWARDS, Adrian C. The Ovimbundu..., *op. cit.*, p. 10. 699

¹¹ COUCEIRO, Henrique Mitchell de Paiva. Relatório da viagem..., *op. cit.*

¹² PINHEIRO, Adélio Correia. Aspectos religiosos..., *op. cit.*

¹³ SIMÕES, Armando Ribeiro. Kalumbonjambonja..., *op. cit.*;

3 RESUMO DA METODOLOGIA E TRATAMENTO DE DADOS

3.1 Métodos de nível teórico

Análise - síntese: foi possível recolher os factos históricos ocorridos a fim de analisá-los em partes e destas partes reconstruí-los para esta investigação.

Indutivo - dedutivo: serviu para interpretar dados obtidos nas entrevistas e deste modo, chegar a uma conclusão integral.

Comparativo: permitiu distinguir as semelhanças e diferenças do nome para o Ovimbundu do Huambo.

Histórico - lógico: permitiu organizar os factos numa ordem cronológica e determinar a trajetória dos factos históricos que estiveram na base da desvalorização do nome Ovimbundu e estudá-los de maneira lógica para garantir a coerência da investigação.

Hermenêutico: foi usado para interpretar e compreender textos e ideias de natureza complexa, referente a temática em estudo, e contextualizar de forma adequada.

3.2 Métodos de nível empírico

1. **Entrevista:** serviu para dar respostas a questões relacionadas ao objecto de estudo, mediante conversações gravadas, realizada com membros da corte da ombala grande do Huambo, com um vasto conhecimento sobre o assunto.
2. **População:** A Ombala grande do Huambo
3. **Amostra:** membros da corte da Ombala grande do Huambo
4. **Estrutura do trabalho** - O presente trabalho está estruturado da seguinte maneira: Introdução, capítulo I, que espelha os fundamentos teóricos do tema em estudo e o capítulo II, onde se apresenta a análise e processamento dos resultados do diagnóstico realizado, incluindo conclusões, recomendações bem como bibliografia e apêndices.

Com recurso à Constituição da República de Angola que prevê e salvaguarda o direito à livre associação que consagra não só a liberdade de pertencer à uma associação ou não também o de nos termos da lei, criar associações filantrópicas, e outros autores que abordam sobre a matéria, elaboramos um projecto de associação especificamente destinada à divulgação de informações sobre o reino do *Wambu*.

Pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo que deu na triangulação de dados obtidos em entrevistas e questionários às entidades do poder tradicional, Historiadores de renome,

conversas com Líderes de Associações já existentes sobre qual seja o papel do associativismo na divulgação de registos históricos do reino do Huambo e seu contributo económico; com as descrições históricas de autores consultados.

3.3 Triangulação de Dados

Apresenta-se neste capítulo a análise e discussão dos resultados do diagnóstico obtidos a partir da aplicação do instrumento de pesquisa, com questões dirigidas aos membros da corte da Ombala Grande do Huambo, em forma de entrevista.

3.4 Análise e discussão dos resultados da entrevista aplicada aos membros da corte da Ombala Grande do Huambo

O Reino do Huambo, representado na actualidade pela Ombala Grande do Huambo, que constitui a população deste estudo, foi fundado no ano de 1600 e conheceu a sua decadência em 1902, depois de ter travado numerosas batalhas com o colonizador português, a Ombala grande do Huambo, tem uma corte constituída por 5 membros, nomeadamente: o Rei, Secretário, Tesoureiro, Líder do protocolo e chefe da guarda. Estas entidades tradicionais constituem a amostra deste estudo (LUKAMBA, 2014).

O guia de entrevista, dirigido aos membros da corte da Ombala Grande do Huambo, está constituído por 7 perguntas; as seis primeiras questões têm carácter objectivo, são de conhecimento específico em torno da temática em estudo, cujo objectivo consiste em compreender o nível de conhecimento que os membros da corte da Ombala Grande do Huambo têm sobre o papel histórico-económico do reino do Wambu e a sétima pergunta é de carácter subjectivo, remete-nos a pesquisa de interesse que os Ovimbundu do Huambo têm em relação às potencialidades histórico-económicas do Reino do Wambu (LUKAMBA, 2014).

Estas perguntas, foram elaboradas com o intuito de determinar o conhecimento que os Ovimbundu do Huambo têm sobre o contributo histórico-económico do reino do Wambu. Partindo dos dados apresentados, percebe-se que, o desconhecimento que os Ovimbundu do Huambo, sobretudo a nova geração tem sobre o papel histórico-económico do reino do Wambu, sobretudo no que diz respeito a história e cultura local, os tem levado a conformarse com a inverdade histórica de que os reinos do Planalto Central têm suas origens no reino do Bailundo. Para melhorar esta situação, é necessário que se realizem estudos e debates constantes sobre a temática em estudo e que tais debates sejam abrangentes até para os mais

novos. Nós propomos a criação de uma associação com o fim específico de divulgar esta informação aos nativos.

O significado histórico que o reino do Wambu tem para os Ovimbundu locais é notório?

Tabela 1:Dados do questionário

RESPONDENTES EM %	RESPOSTAS
80 %	SIM
20 %	NÃO

Fonte: (Autora, 2023)

A figura demonstra que no total de 5 pessoas que correspondem a 100% da amostra, 4 pessoas, que correspondem a 80% responderam O significado histórico que o reino do Wambu tem para os Ovimbundu locais não é notório, e 1 pessoa, que corresponde a 20% da amostra, respondeu que O significado histórico que o reino do Wambu tem para os Ovimbundu locais é notório.

Em função destes dados, é possível perceber que O significado histórico que o reino do Wambu tem para os Ovimbundu locais, não é notório razão pela qual se afigura extremamente importante a criação da associação proposta e o cumprimento dos seus objectivos.

Quando foi fundado o reino do Wambu?

Para esta pergunta obtivemos 100 por cento da resposta seguinte: “o reino do Wambu foi fundado em 1650 por Wambu Kalunga”. De acordo com os autores consultados, existe uma diferença entre o surgimento da etnia dos Ovimbundu e a fundação do reino do Wambu e informação obtida confere porque 1650 é o ano da fundação deste magnifico reino.

O reino do Wambu sucumbiu em 1903 ou persiste até aos dias de hoje?

Os dados da pergunta número três são: cinco (5) entidades tradicionais, que correspondem a 100% da amostra responderam que houve um declínio do reino do Wambu por causa da chegada do colonialismo português mas, como espelharam na máxima umbundu “*poku pambuka kwa mbwa hapoko poku nyleelã kwaye*” é o desvio do cão não é a sua perdição. Pelo que, a sociedade actual saiba que o reino do Wambu ainda é uma potência hoje com valor histórico económico que importa divulgar às novas gerações.

Qual é o contributo histórico do reino do Wambu no contexto Angolano?

Cem por cento dos respondentes afirmaram que o grande legado histórico do reino do Wambu é a luta contra a ocupação colonial, a salvaguarda dos valores de identidade culturais tais como a língua e outras manifestações culturais como as danças tradicionais.

A colonização influenciou na redução divulgação da cultura Ovimbundu do Wambu?

Tabela 2: Dados do questionário

RESPONDENTES EM %	RESPOSTAS
100 %	SIM
0 %	NÃO

Fonte: (Autora, 2023)

Cinco 5 pessoas, que representam 100% da amostra, responderam que a colonização influenciou na redução da divulgação da cultura Ovimbundu do Wambu.

Em função destes dados é possível compreender que a colonização influenciou significativamente na redução da divulgação da cultura Ovimbundu do Wambu, pois a política colonial portuguesa assentou-se na ideia de que os europeus eram culturalmente superiores aos africanos, e por conta disso tinham a obrigação moral de os civilizar ou assimilá-los.

É sobre esta justificação que muitos dos valores da cultura Ovimbundu do Wambu acabaram sendo deixados de lado, pois os europeus consideravam-nos como atrasados, e obrigaram os Ovimbundu a tomarem para si estilos de vida de origem portuguesa.

O sistema político e administrativo que vigorou em Angola foi o de completa sujeição ou exploração, em que os angolanos estavam sob inteira dependência do colonizador, às populações nativas, ou ditas indígenas, não tinham liberdade alguma, quer seja do ponto de vista social e cultural, seja do ponto de vista económico, muito menos do ponto de vista político (Alexandre, 2016).

Quais são as atividades económicas predominantes no reino do Wambu?

Todos os respondentes foram unânimes em responder que as atividades económicas predominantes neste reino foram a agricultura, a pecuária e o artesanato.

4 PROPOSTA SOLUÇÃO

4.1 Plano de Acção

O Plano de Acção é uma ferramenta de gestão utilizada para definir, organizar, colocar em prática e monitorar acções e tarefas necessárias para conquista de um ou mais objetivos pretendidos. Ele visa prever, ordenar e controlar acções, tarefas e prazos para atingir um resultado desejado ou para resolver um problema.

Um plano de acção é um conjunto detalhado de passos projectados para alcançar um objectivo ou resolver um problema de maneira eficaz. Ele é uma ferramenta utilizada para transformar ideias e metas em acções concretas e mensuráveis.

Um bom Modelo de Plano de Acção, elaborado de forma correta, identifica objetivos, lista e organiza acções e tarefas, estabelece prazos, designa responsáveis e estabelece métricas para acompanhamento do progresso das acções. Factores considerados essenciais para se atingir objetivos de forma eficiente. Logo, pode-se dizer que o Plano de Acção está directamente relacionado à conquista de metas e objectivos.

O Plano de Acção também é conhecido por Plano de Atividades ou ainda Plano de Trabalho, refere-se a uma das ferramentas mais simples e eficientes para o organização e controle de acções e tarefas. É um documento no qual são descritas acções a serem implementadas.

4.1.1 Tipos de Planos de Acção

O Plano de Acção pode ser utilizado tanto no contexto pessoal como empresarial. De forma que existe o *Plano de Acção Pessoal* e o Plano de Acção Empresarial, ambos são adoptados com o mesmo propósito: alcançar objectivos.

4.1.2 Objectivos do Plano de Acção

O principal objetivo do Plano de Acção é propiciar clareza e organização para as acções que necessitam ser concluídas para se conquistar um resultado desejado.

Dentre os principais objectivos estão:

1. Definir e esclarecer objectivos para um projecto ou solução de um problema;

2. Identificar e relacionar as acções necessária para conquista de um resultado desejado;
3. Estimar os recursos necessários;
4. Estabelecer prazos adequados para conclusão de cada tarefa;
5. Identificar responsáveis;
6. Permitir monitoramento e controle sobre as acções;
7. Propiciar o atingido do objetivo pretendido com efectividade.

4.1.3 Componentes de um Plano de Acção

Um modelo básico de plano de acção contém os seguintes itens:

1. Uma descrição bem definida do objectivo a ser alcançado;
2. Acções e tarefas que precisam ser realizadas para o objectivo;
3. Recursos necessários;
4. Responsáveis pelas acções e tarefas;
5. Cronograma (prazos);
6. Medidas para avaliar o progresso (metas e marcos).

Elaboramos a seguir o plano de acção que guiará a proposta de solução apresentada.

Tabela 3: Plano de Acção

Plano de Acção			
Acções que visam a divulgação e valorização do Reino Wambo			
Acção	Sub - Acção	Forma De Execução /Programa	Documentos
Implantar política de apoio a escolas no estabelecimento de parcerias para desenvolvimento de metodologias específicas, inclusive para actividades voltadas para valorização da	Promover a reestruturação pedagógica a partir da discussão sobre o reino <i>Wambu</i> e seu valor no tempo e espaço.	Reuniões, seminários para elaboração de documento com estratégias para implementação da reestruturação do programa de ensino de História local (reino <i>Wambu</i>).	Programa actual existente e seu currículo.

cultura umbundo do reino do <i>Wambu</i> e suas potencialidades.			
Implantar política de análise e divulgação dos resultados das investigações feitas sobre o reino do <i>Wambu</i> , pelo (Ministério da Educação Ciência e Tecnologia e parceiros).	Realizar estudos de reordenamento de conteúdos que considere currículo, tempo e espaços escolares (microplaneamento).	Estudo do material informativo/institucional do Programa de Historia.	Relatorios e manuais.
Montar estratégias para reforçar, dinamizar o ensino da Historia e outras ligadas as ciências sociais.	Instituir um grupo permanente, responsável pela orientação e análise de possibilidades de parcerias com instituições locais, nacionais e internacionais.	Reuniões com o Conselho Municipal de Educação responsáveis da ZIP (Zona de influencia Pedagógica), Coordenador escolar da disciplina.	e
	Discutir com a comunidade escolar, estratégias para o estabelecimento de parcerias para implantação de novas metodologias, a partir das necessidades apontadas no diagnóstico.	Qualificação da equipa na metodologia Programa de reforço escolar, serão os multiplicadores da formação das equipas escolares.	

	Implementar ações para possibilitar a elevação dos níveis de aprendizagens da História.	Elaboração de directrizes pedagógicas.	
	Promover a inclusão, no currículo da escola, de projectos que garantam a utilização do espaço escolar pela comunidade.	Implementação do Programa Escola Aberta.	
	Acompanhar e apoiar atividades desenvolvidas pelas equipas	Elaboração e implementação de instrumentos de Acompanhamento.	Modelos avaliação contínua.

Fonte: (Autora, 2023)

Para formalizar e operacionalizar o plano de acção acima descrito, utilizaremos o modelo abaixo descrito.

Ferramenta 5W2H

A ferramenta 5W2H é um *checklist* administrativo de atividades, prazos e responsabilidades que devem ser desenvolvidas com clareza e eficiência por todos envolvidos em um projeto. Tem como função definir o que será feito, porque, onde, quem irá fazer, quando será feito, como e quanto custará.

A sigla é formada pelas iniciais, em inglês, das sete diretrizes que, quando bem estabelecidas, eliminam quaisquer dúvidas que possam aparecer ao longo de um processo ou de uma atividade.

São elas:

Os 5W: **W**hat (o que será feito?); **W**hy (por que será feito?); **W**here (onde será feito?); **W**hen (quando será feito?); **W**ho (por quem será feito?)

Os 2H: **H**ow (como será feito?); **H**ow much (quanto vai custar?)

Ou seja, a metodologia 5W2H é formada pelas respostas para essas sete perguntas essenciais de qualquer planeamento, seja de um projeto ou de uma área inteira. Polacinski (2012), citado por MARCONDES, J. S.

Construimos a seguir o modelo

Tabela 4:Modelo da ferramenta 5W2H

What	Why	where	When	who	How	How much
Criação de uma associação que visa divulgar o papel...	Aumentar o nível de conhecimento e valorização do reino Wambu	Sede (Huambo)	Abril/Junho 2023	Laurinda	Constatação, estudo da solução, validação e apresentação	100.mil kz
Capacitação de uma equipa de ativistas	Reduzir o índice de desconhecimento do papel desempenhado pelo reino wambu		Julho /setembro 2023	Equipas de formadores	Contratar uma equipa especializada de treinamento	200/300 mil Kz
Implementação do projeto	Aumentar a possibilidades de resultados e		Nov/Dez 2023	Laurinda e equipa de trabalho	Constatação da implementação	300/500.mil Kz
	aumentar o gosto pelas ciências sociais principalmente de história			(professores)	ção do projeto e seu andamento	

Fonte: (Autora, 2023)

Fundadora do Projecto

Tabela 5: Dados da Fundadora do Projecto

Nome completo	Data nascimento	Formação Profissional	Capital social
Laurinda Baca Bongo	09/07/1980	Professora de História	Huambo

Fonte: (Autora, 2023)

4.2 Missão, visão e cultura

4.2.1 Missão

Contribuir no melhoramento do processo de ensino e aprendizagem e no crescimento sustentável da comunidade local.

4.2.2 Visão

A médio e longo prazo ser referência local no que se refere ao reforço as aprendizagens das ciências sociais e principalmente dos principais reinos existentes.

4.2.3 Cultura

Defendemos valores como humanidade, honestidade, empatia, confiança e profissionalismo.

4.3 Análise SWOT

Tabela 6: Análise SWOT

Pontos fortes	Pontos fracos
Capacidade técnica e profissional (quadro docente)	Localização Recursos financeiros
Oportunidades	Ameaças
Mercado aberto Possibilidade de parceria local	Capacidade financeira dos residentes locais; Pouca valorização da cultura local e nível alto de aculturação principalmente dos jovens

Fonte: (Autora, 2023)

4.4 Proposta de Solução Modelo de Negócio CANVAS

Tabela 7: Proposta de Solução Modelo de Negócio CANVAS

PARCERIAS PRINCIPAIS: <ul style="list-style-type: none"> • Escolas • Administração Municipal • Autoridades tradicionais • Comunidade Local • Direção Municipal da Educação • Agentes culturais; • ISP- Caála Bancos locais	ACTIVIDADES PRINCIPAIS: <ul style="list-style-type: none"> • Formação e investigação Operacionalização do projeto.	PROPOSTA DE VALOR: <ul style="list-style-type: none"> • Qualidade; • Agilidade; • Empatia • Serviço Personalizado; 	RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES: <ul style="list-style-type: none"> • Ligação Inter pessoal • Direto 	SEGUIMENTO DE CLIENTE: <ul style="list-style-type: none"> • Comunidade estudantil Outros interessados
	RECURSOS PRINCIPAIS: <ul style="list-style-type: none"> • Professores ou formadores especializados na área; • Agentes de educação e culturais • Técnico de informática e marketing; Consultor		CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO <ul style="list-style-type: none"> • Redes sociais; • Mensagem normal ou no whatsapp; Marketing tradicional	
ESTRUTURA DE CUSTOS: <ul style="list-style-type: none"> • Salários; • Pagamento dos fornecedores; • Custos de produção do material de apoio; • Manutenção; • Marketing. Arrendamento do espaço		FONTES DE RECEITAS: <ul style="list-style-type: none"> • Em cash, e via eletrónica 		

Fonte: (Autora, 2023)

Lista dos membros da corte da Ombala grande do Huambo

1. Artur Moço (Rei);
2. Ambrósio Lengue (Secretário);
3. Domingos Njaulu (Chefe do protocolo);
4. Justino Freitas (Chefe da guarda);
5. Abílio Eduardo (Chefe da fiscalização).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Coelho, V. (2010). Em busca de Kábàsà!... Estudos e Reflexões sobre o Reino do Ndongo.

Contribuição pa a História de Angola. . Luanda: Kilombelombe.

Costa, R. J. (2014). Colonialismo e Gênero entre os Ovimbundu. Brasília.

Gomes, A. J. (2016). Ovimbundu Pré-Coloniais; Contribuição ao Estudo sobre os Planálticos de Angola. Benguela: CACUL, Lda.

<https://gestaodesegurancaprivada.com.br/plano-de-acao-o-que-e-conceitos/> – Acessado a 25 de Maio de 2023.

Luanda: AHN.

LUKAMBA, A. (2014). A Evangelização como "Encontro Vivo" na Cultura Umbundu de Angola. Huambo: CERETEC - Huambo.

MALUMBU, M. (2004). Os Ovimbundu de Angola: Tradição - Economia e Cultura Organizativa. Roma: Vivere In.

MARCONDES, J. S. <https://gestaodesegurancaprivada.com.br/plano-de-acao-o-que-e-conceitos/> – Acessado em (25 de Maio de 2023).

Miller, J. C. (1995). Poder Político e Parentesco, Os Antigos Estados Mbundu em Angola.

Rendinha, J. (1970). Distribuição ètnica de Angola. Luanda: CITA.

APÊNDICE 1: GUIA DE ENTREVISTA DIRIGIDA AOS MEMBROS

DA CORTE

Estimado membro da corte da Ombala grande do Huambo, encontramos-nos a desenvolver uma monografia com a finalidade de obtermos o grau de licenciatura em História, pelo Instituto Superior de Ciências da Educação do Huambo, com o título: **PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UMA ASSOCIAÇÃO QUE VISA DIVULGAR O PAPEL HISTÓRICOECONÓMICO DO REINO DO HUAMBO**. Para tal, gostaríamos que respondesse às questões que abaixo colocamos. E, muito obrigado pela sua colaboração.

Objectivo: Determinar o conhecimento que se tem sobre o contributo histórico-económico do reino do Wambu.

1. O significado histórico que o reino do Wambu tem para os Ovimbundu locais é notório?

2. Quando foi fundado o reino do Wambu?

3. O reino do Wambu sucumbiu em 1903 ou persiste até aos dias de hoje?

4. Qual é o contributo histórico do reino do Wambu no contexto Angolano?

5. A colonização influenciou na redução divulgação da cultura Ovimbundu do Wambu?

6. Quais são as atividades económicas predominantes no reino do Wambu?

ANEXOS

Figura 1: Ondjango da Ombala Grande do Huambo



Fonte: (Autora, 2023)

Figura 2: Rei Artur Moço



Fonte: (Autora, 2023)

Figura 3: Instrumentos tradicionais da Ombala Grande do Huambo



Fonte: (Autora, 2023)